

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE [CIDADE].

**VIOLAÇÃO DE DIREITOS
RÉU PRESO**

Em favor de [Nome completo] , [Nacionalidade], [Estado civil], [Profissão], portador do RG nº [Número do RG] e inscrito no CPF sob o nº [Número do CPF], residente e domiciliado no(a) [localidade], **atualmente recluso na [Unidade penitenciária]**, vem por meio de seus advogados (a) (procuração anexa), apresentar:

PEDIDO DE RELAXAMENTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE

Com fulcro no **art. 5º, LXV**, da Constituição Federal e no **art. 310, I**, do Código de Processo Penal, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

DOS FATOS

No dia 3 de maio de 2023, ocorreu o lamentável falecimento de [vítima]. Sem evidências iniciais que apontassem para um suspeito, a polícia veio a localizar [acusado] após uma semana do ocorrido falecimento, motivada por uma denúncia anônima. Durante a abordagem em sua residência, os oficiais encontraram um objeto que presumiram ser a arma do crime, procedendo à prisão em flagrante do Senhor [acusado]. Ademais, vale destacar que até o presente momento, o auto de prisão em flagrante delito ainda não foi remetido ao juízo competente.

DO DIREITO

A prisão em flagrante de [acusado] apresenta-se juridicamente insustentável, uma vez que não se enquadra nas hipóteses de flagrante previstas no artigo 302 do Código de Processo Penal, que versa:

Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:
I - está cometendo a infração penal;
II - acaba de cometê-la;

III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;

IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

Observa-se que no dispositivo apresentado acima utiliza-se dos termos “logo após”, “logo depois”, “está”, “acaba”, sendo assim compreende-se que a prisão do Sr. [acusado] é ilegal e deve ser relaxada, tendo em vista que ela não se encaixa nos requisitos como já dito anteriormente. O intervalo de uma semana entre o crime e a prisão descaracteriza a situação de flagrante, conforme jurisprudência consolidada.

Ademais, a prisão baseou-se exclusivamente em uma denúncia anônima, sem a devida corroboração de evidências, o que fere os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório. Sendo assim, a prisão se torna ilegal em diversos aspectos, dessa forma, observa-se o que diz o art. 5º, inciso LXV da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXV – a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

A suposta arma do crime foi encontrada sem a observância dos procedimentos legais adequados, caracterizando violação de domicílio sem mandado judicial expedido para tal fim, o que contamina a prova, tornando-a ilícita, conforme o artigo 5º, LVI, da Constituição Federal, que versa:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência:

O imediato relaxamento da prisão em flagrante de [acusado], por sua manifesta ilegalidade;

A liberação do acusado para responder ao processo em liberdade, sem prejuízo da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, se assim entender necessário;

A declaração de nulidade da prova obtida por meio da violação de domicílio.

*Nestes termos,
Pede deferimento.*
[Local], [Data].

[nome do advogado]
OAB nº XX.XXX